

A DIMENSÃO ECO-PEDAGÓGICA DA ANCESTRALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

MARIA INEZ DE LIMA ALMEIDA
Mestranda –FACED –UFC

Introdução

Na perspectiva de capacitar educadores/as para dar respostas à efetivação da Lei 10.639/03 no currículo escolar se faz necessário assumir no primeiro momento, a nossa identidade de afro-brasileiro. Nesse sentido, se torna indispensável a inclusão de procedimentos metodológicos que venham a despertar as mentalidades adormecidas e que se contraponham à ideologia “branquiada” que recebemos na nossa formação escolar. A legitimação da raiz ancestral do próprio educador é o que se coloca como indispensável. Segundo Paulo Freire, o que se espera do perfil desses educadora/o é uma postura ética definida acima de tudo pela “corporificação” da palavra. Isso significa educar pela própria forma de ser e de viver, desfazendo com a palavra e com o exemplo, aquilo que nos é negado e que por conta disso nos indignamos e dizemos não, fazendo uso de instrumentos educativos e criativos, nos diversos espaços por onde atuamos. Para justificar essa afirmação faço uso da seguinte fundamentação do MEC:

(...) a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidades racistas e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escolas de desigualdade sociais, econômicas, educativas e políticas. (Diretrizes: 2005:15)

É assim que as significações africanas presentes na nossa vida se tornam importantes, como ponto de partida para introduzir o despertar da nossa autoafirmação, compreendido aqui como um estado de consciência política, passa pelo sentido que damos a essa nossa raiz. Esse entendimento vai além do conhecer, trata-se de identificá-las no nosso cotidiano e no nosso local de pesquisa, da nossa realidade, buscando nelas as respostas para o sentido existencial da nossa história ancestral. Essa designação para MUNANGA (1990) vem dos elementos do passado histórico, que nos dão pertencimento e se incorporam na identidade dos afro-brasileiros. Continua ele:

(...) é identidade a partir das peculiaridades do seu grupo: seu passado histórico como herdeiros dos escravizados africanos, sua situação como membros de um grupo estigmatizado, racializado e excluído, das posições de comando na sociedade, cuja construção contou com seu trabalho gratuito, como membro de um grupo étnico-racial que teve sua humanidade negada e a cultura inferiorizada (MUNANGA, 1990: p. 14).

É dessa raiz que somos herdeiros e é nesse passado histórico que pertence muitos dos elementos da nossa cultura local. Estão perpetuados também no nosso corpo e que se traduzem nos nossos hábitos, são exteriorizados nas expressões e práticas culturais da religiosidade de matriz africana, presente no uso da palavra e nos costumes. Para esse nosso povo ancestral, os vários sentidos das palavras são eficazes porque são carregadas de força. Africanidade teoricamente se encontra com a tradição oral, o que para PETIT (2002. p. 3) vem da existência de uma unidade cósmica entre os mundos mineral, vegetal, animal e humano, que interliga tudo e entrelaça os sentidos corporais, além de haver uma conectividade entre o falar e o escutar o que envolve o ver, ouvir, cheirar, saborear, numa perspectiva de unidade. Assim, podemos afirmar que as existência entre o humano e o ambiente se encontram numa mesma fundamentação. Somos herdeiros porque temos ancestrais e neles

simbolicamente reside nossas raízes. Se tradição pode nos levar a um encontro com nossas origens BÂ, faz uma definição de tradição oral com um aprofundamento bem mais rigoroso e determinado conectado à fala como uma possibilidade de continuidade:

Quando falamos de tradição em relação a história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. ... a fala é força porque ela cria uma ligação de vai e vem... (HAMPATE BÂ, 1982: P. 181, 185).

Acordar esses valores e reconhecê-los presentes na nossa raiz, passa pelo exercício de escuta aos nossos hábitos e costumes culturais. Passa pela necessidade de nos tornarmos curiosos/as e investigarmos de onde estamos vindo, descobrir quem foram nossos familiares, de onde eles vieram e o que faziam. Nossa nova postura condiciona que desfaçamos a começar pelo acordar da nossa memória, o conceito que recebemos na escola com as imagens dos livros didáticos, que nos ofereceram imagens de escravos como animalizados destituídos de valores humanos, exige enxergarmos os valores socioculturais de base africana presentes no nosso dia a dia. Nesse sentido, a forma de abordagem que utilizamos é outro elemento indispensável. Precisamos de nos encontrar e dialogar com a metodologia que vai nos guiar para esse levantamento dos fragmentos de memória, até nos acharmos diante da nossa ligação com os escravizados africanos. É importante frisar que nos permitir ser pertencentes a essa raiz passa pelos limites que estabelecemos à nossa própria identidade como se afirma:

Pelo pertencimento o grupo faz-se imanente ao indivíduo, enquanto este se reencontra no grupo. O indivíduo pertence

ao grupo tanto quanto a si próprio, pois ser um ou outro depende, na verdade, dos limites que se estabeleçam para a identidade. O subjetivo é, ao mesmo tempo, transubjetivo: a linguagem com que nos comunicamos é, no limite, o Outro. (SODRÉ, 2012: Pg. 17).

É com essa certeza que o educador/a ira se assumir e gerar vontade de se tornar autêntico e ético. Só assim, diferenciaremos nossas formas de relacionamento e de como concebemos a realidade, a interpretação que damos a ela em função de nossa ideologia. Usando a árvore como uma metáfora na vida humana pode-se afirmar que é preciso voltar para dentro de nossa história com humildade e tomar os elementos da natureza como elementos de reflexão. A partir deles perceber que não pode haver sustentação e nem vida saudável numa árvore sem o cultivo de suas raízes, que estão quase sempre escondidas na terra. Isso é o mesmo que dizer que se por um lado, estamos com isso, sendo coerentes com a natureza porque cuidamos em mostrar do que ela precisa para continuar vivendo, por outro lado, nos contradizemos quando a nossa prática educativa nega a origem de nossa raiz ancestral.

Temos assim, que a natureza nos oferece elementos pedagógicos e metodológicos que de tão simples que são talvez, não damos o seu devido valor. Começa por nós mesmos como instrumentos responsáveis pela preparação do homem para atingir a família, a comunidade, através do currículo escolar. O nosso meio, a comunidade, a família, são os espaços legitimadores de nossa formação. Portanto, quando os reconhecemos e encontramos neles os elementos da nossa própria forma de vida, os valores indispensáveis a continuidade dela, os nossos procedimentos na escola encontrarão os caminhos da cosmovisão africana e estarão promovendo relações de respeito, reconhecimento e integração com a dimensão eco do homem. SODRÉ, (2012) pra falar a esse respeito toma essa conceituação como a ecologia dos saberes e acrescenta:

A busca dessa ecologia cognitiva não resulta de nenhum voluntarismo acadêmico, é antes uma tomada de posição ativista sobre a Modernidade latino-americana, em que a diversidade cultural, diferentemente do que ocorre no Norte planetário, leva a uma coexistência necessária de lógicas heterogêneas de desenvolvimento social. (idem, P. 44).

Podemos deduzir diante disso, que esse nosso procedimento pedagógico impactando no desenvolvimento social, se faz maior, a responsabilidade do nosso fazer educativo tanto por nos remeter às nossas origens ancestrais, como por ser um saber básico para nossa autonomia e autoestima. O contrário dessa atitude seria o mesmo que se fazer um corte, entre a natureza humana e a natureza ambiental, que proporciona equilíbrio e vida na terra que tem consequências na desarmonia e desequilíbrio ambiental que estamos a conferir. Historicamente, as formas de como tratar dos recursos naturais pelas populações de ascendência africana é de integralidade com a vida.

Considerando que para influenciar uma mudança de mentalidade requer um argumento convincente, que justifique e dê respostas ao que temos como verdade, nesse caso, minha elaboração se justifica na trajetória que experimentei e cujos resultados desenvolvi em uma oficina realizada no, “Memórias do Baobá” de Fortaleza. O evento aconteceu sob coordenação do NACE-Núcleo de Africanidades Cearenses, vinculado a UFC. Consideramos que eticamente nos cabe colaborar para desmistificar os valores negados à nossa ancestralidade, nos contrapondo a antigos valores, como o que se segue:

O conhecimento legitimado como verdadeiro, ou seja, aquele que se aprende nos livros, que se ensina nas universidades acaba assumindo um valor universal e tende a ser imposto a todos os grupos. Por conta disso, a ideologia da classe dominante é legitimada e os valores e costumes do grupo hegemônico são divulgados ativamente através

de instituições como a Igreja e a escola e dos meios de comunicação. Com a imposição ideológica, as camadas que se consideram – intelectualmente superiores ensinam aquilo que julgam ser eticamente aceitável, religiosamente certo, cientificamente verdadeiro e esteticamente válido. (PEREIRA, 2005: Pg. 46).

Contra-pondo-nos a essa visão é que nos colocamos a serviço da afirmação de nossa história de raiz, buscando desfazer esse modelo de educação que ainda se mantém a serviço da ideologia dominante. Os recursos nos livros didáticos são ainda insuficientes para responder de forma definitiva ao que se pretende na Lei 10.639/03. Se não tivemos essa informação nem na escola e nem nos espaços como na família e na comunidade, e ainda somos discriminados pela cor e pelo cabelo, como imaginamos que vai se dá essa desconstrução através da educação sem que esse educador/a tenha conseguido no seu auto processo de formação enxergar o significado dessa questão a partir de si. Para responder a essa questão é que realizamos a oficina de formação para professores que trabalham com o ensino de história africana.

A Metodologia da Oficina

Seguindo os passos da pretagogia como proposta metodológica, fizemos uso nessa experimentação dos seus princípios: autoreconhecer-se afrodescendente, a tradição oral, e o princípio da circularidade e a valorização do corpo como fonte de saberes. Seguindo essa orientação, valorizou-se a postura autoafirmativa sobre a própria raiz do educador, o conhecimento que é repassado por meio da oralidade e a circularidade que permite que nos continuemos pelos saberes através dos nossos ancestrais, e pelo respeito que proporciona nos inteirarmos uns nos outros. Significa ainda, cuidar do outro e da natureza como uma extensão da nossa existência.

Os instrumentos que utilizamos foram estrategicamente pensados para responder ao desafio de dar conta de elementos da nossa cultura afro-brasileira viajando pela memória até os nossos ancestrais. Nesse sentido, organizou-se o local ao ar livre no meio da praça onde está o Baobá, árvore que simboliza ancestralidade. Fez parte do espaço, as esteiras de palha estendidas no chão, onde as/os participantes se acomodaram. Em círculo escutaram e se deixaram levar pelo som de uma música, buscando expressar no corpo as mensagens do pensamento e das emoções. Mesmo diante da relutância de algumas participantes em sintonizar de corpo e mente com os sons dos instrumentos musicais que compunham a melodia, ganhou-se como um efeito resultante dessa primeira atividade que se criasse no ambiente um sentimento de profundo mergulho cada um consigo mesmo.

Baseada nessa intensão pediu-se uma fala individual e pelos depoimentos espontâneos na escuta, expressou-se os sentimentos suscitados por aquele momento. Entre alguns outros tivemos: “esse ambiente me faz muito bem a alma...”; “esse lugar assim para fazer uma oficina é diferente...”; “a música me levou para um lugar muito distante, não sei explicar”. Nas afirmações das participantes se percebe o estranhamento do lugar e da forma de introduzir conhecimento. O ambiente, a música, citado aqui, dá conta de como foram percebidos, e se assim o foram, podem demonstrar que pequenas coisas introduzidas na prática como a preparação do ambiente externo tem significado expressivo no ensino. Da mesma forma as possibilidades pedagógicas com o lugar na natureza que facilitou a viagem segundo o depoimento para um: conectar-se com “um lugar distante...”. A isso poderíamos atribuir levar as participantes a um lugar de memória conforme era pretendido para o grupo. Buscando compreender o significado de memória busco em HALBWACHS, (2006) que assim se expressa na definição de memória separada por ele em coletiva e histórica diz o seguinte:

Há uma distinção entre a “memória histórica” e a “memória coletiva”, o que pressupõe na primeira é a reconstrução dos dados oferecidos pelo presente da vida social que os projeta sobre o passado dando-lhe uma reinvenção. A “memória coletiva” magicamente recompõe o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual se desenvolvem as diversas formas de memória, que se alteram conforme as intensões por elas visadas. (Idem, p. 13 e 14).

Além dos aspectos ambientais propiciados pelo ambiente onde as árvores se entrelaçam fazendo uma imensa área verde coberta, o chão também se cobria de verde e folhas caídas. Nesse clima, a Praça do Passeio Público em Fortaleza acolhia e fornecia energia vital para a formação de pensamentos, em intensa construção e encontro com as origens afro-brasileiras como se pretendia. Os materiais didáticos oferecidos na roda para os registros das expectativas dos/as participantes trouxeram entre outras, as seguintes expressões: “Vai além de buscar mais conhecimentos e saber mais, só porque sou professora, mas também pra mim, como pessoa...”; “enriquecer minha forma de ensinar...”; “conhecer sobre esse tema pois o ensino e preciso me informar...”. Poderíamos trazer outras aqui, porém estes já nos servem para uma rápida consideração a respeito da formação de professores que atuam com o ensino africano. Isso para dizer que é perceptível que os professores de História da África, mesmo buscando de forma ainda tímida se aprofundar nesse conhecimento, muito mais precisa ainda ser feito. O que enriquece as práticas educativas são as novas descobertas que se adquire com o ato de investigar assim já dizia Paulo Freire. Tínhamos na oficina cerca de 38 participantes e a duração foi de apenas um turno do dia. Isso significa dizer que consideramos ter havido pouco tempo para se dá conta do tamanho desse compromisso.

Na continuidade, após estendermos pelo chão as tarjetas com as expectativas, convidamos as/os participantes para uma breve discussão sobre a Lei 10. 639/03. A questão colocada foi:

Como cada educador/a se auto identifica e diante dessa questão, como ele lida com a questão das raízes originárias dos afro-brasileiros, como acontecem as práticas e diante delas quais os desafios. Com essa provocação compartilhamos de situações diversas que apontam para o envolvimento e compromisso da escola, discorremos sobre algumas experiências desenvolvidas pelos educadores/as e consideramos aqui alguns depoimentos com os quais vamos dialogar.

As brincadeiras como: de roda, ao ar livre e jogos, foi citado pelos educadores como uma das possibilidades para se trabalhar com as africanidades. Elas transmitem princípios e saberes que também são instrumentos e recursos com potenciais pedagógicos multidisciplinares além de que reconstituem a memória da comunidade e transmitem pela oralidade por entre as gerações. Nas brincadeiras, encontramos marcas das pautas de conduta sociais que as crianças assimilam do seu grupo cultural e ao mesmo tempo o modo como estas interpretam tais pautas. (COSTA, 2007, p. 04)

A segunda categoria citada se refere às danças com o surgimento *do samba reggae, olodum, capoeira, no maracatu nação do Pici*. A dança comunicadora e integradora inclui o indivíduo nos mais diversos espaços como a comunidade/terreiro, e outros espaços extensivos de evidente afrodescendência como, rodas de samba e capoeira, entre outros. Os hábitos e os costumes com objetos como *o uso do pilão para fazer tipos de comida, o banco de madeira, os artefatos de palha que lembram os trabalhos manuais*. Os trabalhos manuais no Brasil foram iniciados pelos africanos chegados com o escravismo como afirma CUNHA JR.

A singularidade do Brasil é que trabalho foi durante muito tempo, vários séculos para sermos precisos, obra quase que exclusiva de africanos e afrodescendentes. A imigração forçada de africanos de diversas regiões trouxe um elenco surpreendente de profissionais e uma infinidade de diversos

campos do conhecimento. Da mineração, da construção, da engenharia civil, das artes, na arquitetura, na agricultura, na produção têxtil, na metalurgia, na química e farmacologia, na marcenaria e na náutica. CUNHA Jr. (2010, p. 36).

A dimensão eco ambiental ganha um maior espaço e muitos significados como estão nas citações: *As coisas que temos no nosso quintal, árvores, animais; Descobrimo de onde vinha as rezadeiras e se elas existem no nosso lugar; O respeito pelos animais e as conversas sobre os costumes de antes nas noites sem energia elétrica; No respeito aos mais velhos e nos remédios caseiros; As visões que nossos ancestrais acreditam haver na natureza que está representado pelos orixás; Falando do significado da lua e da natureza.* Esses subtemas que se relacionam com a discussão que se faz hoje sobre a sustentabilidade ambiental merecem de nós educadores/as um destaque especial como está dito:

A grande transformação privilegia a dimensão tecnológica do homem, em tal magnitude que a forma da consciência contemporânea é fundamentalmente tecnológica. Isto equivale a dizer que o relacionamento do sujeito humano com a realidade hoje passa necessariamente pela tecnologia, em especial as tecnologias da informação, em todos os seus modos de realização. (...) sejam quais as posições políticas, ... na contemporaneidade, todo e qualquer projeto educacional se obriga a pensar e agir em sintonia com as exigências postas pela tecnologização do mundo e com as injunções do mercado global. (SODRÉ, 2012, 14).

Outras citações de igual importância foram citadas como se confere: *numa festa na escola com teatro de máscaras.* Abdias Nascimento se refere ao uso do teatro como uma prática legítima pertencente aos nossos ancestrais, assim ele nos respalda:

As raízes do teatro negro-brasileiro atravessam o Atlântico e mergulham nas profundidades da cultura africana. Desde suas primeiras manifestações coletivas, o africano esteve

essencialmente vinculado ao teatro. As danças culturais da África Negra encontram-se na origem dos ritos, e já sabemos que do culto aos Deuses e aos Antepassados passou-se à reprodução das ações humanas e dos animais, à estilização existencial. NASCIMENTO (1961, p. 10)

Em mais uma das citações, *criar consciência de cultura e memória* – concebemos como o ponto de chegada do nosso objetivo a curto, médio e longo prazo. O significado dessa afirmação se encontra com a nossa pretensão em buscarmos constantemente métodos diferentes que nos leve a autoafirmação da educação afro-brasileira nas escolas, ao mesmo tempo é desafiadora e se mantém como o rumo pretendido e queremos atingir.

Para desenvolver essa produção carregada de significados e de possibilidades de aprofundamentos, a pretagogia facilitou que transportássemos os conteúdos para uma apresentação criativa sem muita verbalização. O corpo foi usado como instrumento pedagógico para comunicar através dos gestos e, principalmente, pelas posturas, do gingado e das formas de caminhar e de dançar. Ele também representa a memória viva, expressa os processos de aprendizagem apreendidos pelo conhecimento. Acrescenta-se ao corpo uma das nuances ligadas à localidade, através da origem da população a da noção de território dado pelas especificidades não só do espaço físico, mas também, do próprio corpo que sintetiza produção de saberes e afetividades.

Dessa forma é possível perceber que o ensino africano na escola é ainda um desafio presente, questão que não se esgota, mesmo passados 10 anos de Lei promulgada, continua lento o seu enfrentamento. Assim, lidar com esse ensino significa conduzir nossa prática para a interculturalidade dos elementos que unem nosso passado com o presente e de forma interdisciplinar realizar o encontro dos principais elementos que servem para qualificar nossa existência. Nosso encontro com essa realização confirma e afirma que para darmos conta da inclusão da Lei 10.639/03 no currículo

escolar significa se considerar como diz NUNES e SANTOS (2011) os docentes precisam de conhecimentos sobre a questão racial brasileira. Dessa forma é que as intervenções no universo escolar contra as práticas discriminatórias podem ganhar argumentações coerentes. Nesse sentido, faço uso da afirmação de José Maria Nunes Conceição, para dizer que nessa luta é importante não apenas convencer os racistas a deixarem de sê-lo para que se atinja uma nova ordem social, como também: *ajudar a implementar medidas concretas que impeçam os racistas de fazerem prevalecer, na prática social, os seus preconceitos.* (ANDRÉ, 2008:54).

Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, Maria da Consolação. O Ser Negro – A Construção de subjetividades em afro-brasileiros/Maria da Consolação André; Brasília: LGE Editora, 2008.
- COSTA, F. Vasconcelos. DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO NAS ARTES DE BRINCAR In: COSTA, F. V. COLAÇO, V. R. e COSTA, N. B. (Orgs.) Modos de brincar, lembrar e dizer: *discursividade e subjetivação*, Fortaleza: Edições UFC, 2007 (Coleção Diálogos Intempestivos).
- FREIRE, Paulo: Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/ Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HAMPATÉ BÂ, A. A TRADIÇÃO VIVA. In: KI. ZERBO. (org.) História geral da África: metodologia e pré-história. São Paulo: ÁTICA/unesco, 1982. Volume 1.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva / Maurice Halbwachs; tradução de Beatriz Sidou. São Paulo : Centauro, 2006.
- MEC. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006.
- NASCIMENTO, Abdias do. Dramas para negros e Prólogo para brancos. Editora; teatro experimental do negro. Rio de Janeiro, 1961.

NUNES, Cicera. SANTOS, Alves Risomar. A Formação de Professores e a Inclusão da Lei 10.639 nas Práticas Educativas no Cariri Cearense. Artefatos da Cultura Negra no Ceará./ Henrique Cunha júnior, Joselina da Silva e Cicera Nunes (organizadores). – Fortaleza: edições UFC, 2011.

PETIT, Sandra Haydée. Dos frutos Paralelos de uma Pesquisa. Revista do Departamento de Psicologia – UFF, Rio de Janeiro, v. 13, n. 01, p. 125-144, 2001.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. Os tambores estão frios : Herança cultural e sincretismo religioso no ritual de Candombe / Edimilson de Almeida Pereira. – Juiz de Fora : Funalba Edições; belo Horizonte: Mazza edições, 2005.

KABENGUELE, Munanga – Brasil africano, África em Portugues, África no mundo. entreLivros África. Edição especial n. 6. www.revistaentrelivros.com.br

SODRÉ, Muniz. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes / Muniz Sodré. – Petrópolis, RJ : vozes, 2012

SILVA, e Costa Geranilde e PETIT, Haydée Sandra. Pretagogia: Referencial Técnico-Metodológico para o Ensino da História e Cultura Africana e os Afrodescendentes. Artefatos da Cultura Negra no Ceará./ Henrique Cunha júnior, Joselina da Silva e Cicera Nunes (organizadores). – Fortaleza: edições UFC, 2011.